

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

VINCULADO AO DFD Nº 24/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de trabalho de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos provenientes dos serviços de saúde – RSS, que são de responsabilidade municipal, visando garantir a continuidade da prestação de serviços para o município de Lages.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Conforme disposto pelo art. 23, inciso IX da Constituição Federal, a atribuição dos serviços de saneamento compete aos municípios, o que pode ser delegado a empresas públicas, privadas, consórcios municipais ou autarquias de acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico.

município de Lages, cabe à Secretaria Municipal de Águas e Saneamento (SEMASA) a gestão dos resíduos sólidos, a operação do sistema de captação de água bruta, distribuição de água tratada, a coleta e o tratamento do esgoto sanitário. A SEMASA tem sua criação na Lei Complementar Orgânica Municipal nº 181/2003.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Águas e Saneamento tem por finalidade coordenar, planejar, executar, operar, explorar, conservar, ampliar e melhorar os serviços públicos de saneamento básico conforme definição da Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007. (Redação dada pela Lei Complementar nº 453/2015).

O dispositivo legal acima mencionado descreve as funções e atribuições da Secretaria Municipal de Águas e Saneamento (SEMASA), destacando seu papel central na gestão dos serviços públicos de saneamento básico. Diante dessas atribuições, a presente formalização de demanda tem como objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de trabalho de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos provenientes dos serviços de saúde – RSS, que são de responsabilidade municipal, visando garantir a continuidade da prestação de serviços para o município de Lages.

O gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) é uma atividade de natureza essencial e contínua, indispensável para a mitigação de riscos biológicos, químicos e perfurocortantes. A execução técnica e normativa destas etapas visa garantir a biossegurança no ambiente de saúde, a proteção da integridade física dos profissionais e a preservação do meio ambiente, evitando a contaminação do solo e de recursos hídricos em conformidade com as diretrizes de saúde pública.

Diante da obrigatoriedade legal imposta aos geradores, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para a execução integrada das etapas de coleta, transporte, tratamento e disposição final ambientalmente adequada. Tal medida assegura o cumprimento das normas da RDC ANVISA nº 222/2018 e da Resolução CONAMA nº 358/2005, que disciplinam o manejo segregado e o tratamento prévio desses resíduos antes de seu aporte em aterros sanitários licenciados.

A presente contratação visa a substituição do Contrato Emergencial nº 24/2025. O referido instrumento foi formalizado em caráter excepcional para garantir a continuidade do serviço público essencial, enquanto se pacificava a competência administrativa e orçamentária entre a Secretaria Municipal de Saúde e a SEMASA. Superada essa fase, busca-se agora um vínculo contratual ordinário que garanta maior segurança jurídica e aprimoramento na fiscalização dos serviços.

Do Aprimoramento da Fiscalização e Controle: A experiência técnica obtida durante a execução do contrato atual revelou fragilidades operacionais que devem ser mitigadas neste novo certame. Foram identificadas dificuldades críticas na rastreabilidade dos serviços, notadamente a ausência de sistemas de georreferenciamento (GPS) nos veículos de coleta e dificuldades na disponibilização do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR).

Diante disso, a nova contratação estabelecerá como requisito obrigatório que a empresa vencedora disponibilize acesso em tempo real ao monitoramento via GPS dos veículos utilizados na execução do objeto. Adicionalmente, será exigido o controle rigoroso e a entrega sistemática do MTR, documento essencial para comprovar a destinação final ambientalmente adequada e atender aos órgãos de controle ambiental.

Tão logo o processo licitatório seja homologado, o Contrato Emergencial nº 24/2025 será substituído, garantindo que as melhorias de controle e transparência sejam implementadas de imediato. O embasamento legal desta contratação fundamenta-se na Lei Federal nº 12.305/2010 (PNRS), na Resolução CONAMA nº 358/2005, na RDC ANVISA nº 222/2018 e na Portaria MMA nº 280/2020, que institui o MTR online como ferramenta de gestão nacional.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Sim. A presente demanda encontra-se devidamente integrada ao Planejamento Estratégico desta Secretaria, estando formalmente incluída na proposta do Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025. Embora o referido plano esteja em fase final de consolidação e publicação oficial, a contratação foi planejada para ter sua execução física e financeira concentrada no exercício de 2026. Tal previsão assegura a tempestividade do certame e a transição ordenada do atual contrato emergencial para o regime de contratação regular, garantindo a disponibilidade orçamentária para o próximo ciclo fiscal.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO

DA CONTRATAÇÃO

1. Conformidade Normativa e Sustentabilidade

A execução do objeto deverá pautar-se pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e pelo cumprimento rigoroso das normas de saúde, higiene e segurança do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. A operação deve observar integralmente a Resolução CONAMA nº 358/2005, a RDC ANVISA nº 222/2018, a ABNT NBR 10.004 e demais legislações correlatas à gestão de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS).

2. Regime de Execução e Subcontratação

- **Subcontratação:** É admitida a subcontratação parcial restrita exclusivamente à etapa de DESTINAÇÃO FINAL. É expressamente vedada a subcontratação das atividades de coleta e transporte.
- **Responsabilidade:** A contratada deverá prover todo o pessoal necessário e garantir que o condutor possua certificação em Movimentação Operacional de Produtos Perigosos (MOPP).

3. Especificações da Frota e Equipamentos

- **Padrão Veicular:** Veículos exclusivos para RSS, sem sistema de compactação, atendendo às NBR 7500, 9735, 12810, 13221 e 14652, além da Resolução ANTT nº 5998/2022. Devem possuir superfícies internas lisas e laváveis, simbologia de risco visível e conjunto de equipamentos de emergência.
- **Monitoramento Tecnológico:** Obrigatoriedade de disponibilização de acesso remoto, em tempo real, ao sistema de monitoramento via GPS, permitindo a fiscalização integral de rotas e horários.
 - Fica admitida a possibilidade de apresentação de soluções tecnicamente equivalentes ao monitoramento via GPS em tempo real, desde que a contratada comprove, mediante parecer técnico aprovado pela fiscalização, que o método alternativo (como relatórios auditáveis de sistemas de logística ou registros certificados de bordo) garante o mesmo nível de rastreabilidade, precisão e integridade dos dados georreferenciados.
 - Serão admitidas falhas operacionais pontuais e justificadas, desde que não comprometam a segurança sanitária ou a rastreabilidade final do resíduo.
- **Insumos e Acondicionamento:** Fornecimento de bombonas plásticas de 100 litros com tampa, higienizadas e identificadas (Grupos A e B). A contratada deverá disponibilizar balança aferida pelo INMETRO (precisão de 100g).
 - **A Contratada deverá apresentar como requisito da contratação Licença de Armazenamento Temporário de Resíduos Classe I.** Os resíduos objeto desta contratação possuem alto potencial de infectividade e periculosidade (Classe I), exigindo locais com controle rigoroso de acesso, impermeabilização, ventilação e drenagem para evitar contaminações acidentais.

4. Operacionalização da Coleta e Rastreabilidade

- **Procedimento de Pesagem:** Os resíduos devem ser pesados por grupo na presença do fiscal da contratante, com emissão de via do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR).
- **Comprovação Digital:** Registro obrigatório de todas as coletas via aplicativo autorizado, contendo imagens georreferenciadas (coordenadas, data e hora).
 - Caso ocorra falha técnica no registro fotográfico georreferenciado de uma coleta específica, a contratada poderá sanear a comprovação mediante a apresentação do MTR físico assinado pelo fiscal da unidade e o registro do tacógrafo ou relatório de rastreamento do veículo.
- **Logística Reversa de Contentores:** Implementação do sistema de troca simultânea (substituição de bombonas cheias por vazias e higienizadas).

5. Segurança do Trabalho e Gestão de Riscos

- **Documentação Obrigatória:** Manutenção atualizada do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), PCMSO, ASO e fichas de entrega de EPIs com Certificado de Aprovação (CA).
- **Treinamento:** Obrigatoriedade de capacitação contínua em procedimentos operacionais, segurança ocupacional e noções de primeiros socorros para todos os colaboradores alocados.

Justificativa Técnica para Monitoramento em Tempo Real (GPS) e Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR)

1. Da indispensabilidade Técnica do Monitoramento em Tempo Real: A exigência de monitoramento via GPS é indispensável devido à natureza crítica dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), que apresentam riscos biológicos, químicos e perfurocortantes. A experiência técnica da SEMASA em contratos anteriores revelou fragilidades operacionais e dificuldades na rastreabilidade dos serviços. O acesso em tempo real permite à fiscalização validar instantaneamente o cumprimento das rotas georreferenciadas nas diversas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e o cumprimento dos horários de coleta, mitigando o risco de acúmulo de resíduos infectantes em áreas públicas ou unidades de saúde.

2. Da finalidade de Controle Ambiental e Operacional: O controle sistemático por meio do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) e do GPS atende a:

- **Conformidade Legal:** Cumprimento da Portaria MMA nº 280/2020 e das normas do IMA/SC, que instituem o MTR online como ferramenta obrigatória de gestão nacional e estadual.
- **Segurança Ambiental:** Garante a rastreabilidade integral do resíduo "do berço ao túmulo", assegurando que o material coletado chegue efetivamente à unidade de tratamento e destinação final licenciada, evitando descartes clandestinos que sujeitariam a Administração à corresponsabilidade por crimes ambientais.
- **Eficiência Operacional:** Permite a conferência digital de cada pesagem e coleta através de imagens georreferenciadas (coordenadas, data e hora), otimizando a medição dos serviços e a transparência no uso dos recursos públicos.

3. Da Inexistência de Restrição Indevida à Competitividade: A exigência não restringe a competitividade, pois:

- **Disponibilidade no Mercado:** O uso de tecnologias de georreferenciamento e sistemas de MTR online é uma prática padrão e consolidada no mercado de logística de resíduos perigosos e serviços de saúde.
- **Baixo Custo de Implementação:** O monitoramento via GPS é uma tecnologia de baixo custo e ampla oferta, sendo considerada requisito mínimo de segurança para frotas que operam com produtos perigosos (Classe I) e atendem às normas da ANTT.
- **Fomento à Transparência:** Tal requisito equaliza as condições de disputa, garantindo que todas as proponentes orçem seus serviços considerando o mesmo rigor fiscalizatório e padrão de qualidade exigido pela legislação vigente.

DA HABILITAÇÃO

A contratada deve ser especializada no ramo e possuir experiência comprovada na execução do serviço e apresentar a seguinte documentação para efeito de habilitação:

- Alvará de localização e funcionamento;
- Licença sanitária;

- Licença Ambiental de operação;
- Licença de operação para transporte rodoviário de produtos perigosos classe I no estado de Santa Catarina com indicação dos veículos licenciados para empresas sediadas nesta unidade da federação ou no Ibama para transporte interestadual (caso a empresa esteja sediada em outra unidade da federação ou faça o transporte dos resíduos ou rejeitos para fora de Santa Catarina);
- Certificado de regularidade do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP no IBAMA, conforme FTE- Categoria: Serviços de Utilidade; Código 17-64; Descrição: Serviços de saúde. Disposição de resíduos especiais: Lei nº 12.305/2010: art. 13, I, “g”;
- Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental (CTF/AIDA);
- Certificado de Registro Cadastral (CRC) e Certificado de Licença de Funcionamento (CLF) da Polícia Federal;
- Indicação do responsável técnico também inscrito no CTF/AIDA, nos termos da Lei nº 6.938, de 1981 e Anexo I e II da Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 27/05/2013;
- Cadastro ao sistema MTR do IMA.

Todos os custos com a remuneração dos técnicos, seu deslocamento, alimentação e demais custos envolvidos serão por conta da CONTRATADA.

Comprovação de aptidão para execução dos serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente (no mínimo 50% da estimativa de quantidade mensal previstas neste contrato, ou seja: 1.250 kg/ mês). Essa comprovação deve ser feita mediante apresentação de certidões e atestados.

Demais especificações devem seguir o item habilidades técnicas

Justificativa técnica dos requisitos de habilitação

- **Alvará de Localização e Funcionamento e Licença Sanitária**

Comprovam a regularidade do estabelecimento perante o ente municipal e a autoridade de saúde. A Licença Sanitária é indispensável para assegurar que a sede e os processos da empresa atendem às condições de higiene e controle de patógenos exigidas pela Vigilância Sanitária.

- **Licença Ambiental de Operação (LAO)**

Documento que autoriza o início da atividade econômica após a verificação do cumprimento de condicionantes ambientais. Demonstra que a empresa está apta a operar sem causar danos ao ecossistema, em conformidade com a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981).

- **Licença para Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos (IMA ou IBAMA)**

O transporte de RSS envolve riscos de contaminação e acidentes biológicos. A exigência de licença específica para a Classe I no estado de Santa Catarina (ou IBAMA para fins interestaduais) garante que os veículos são tecnicamente adequados e que a empresa possui plano de emergência para sinistros envolvendo carga perigosa, conforme resoluções da ANTT.

- **Certificado de Regularidade no CTF/APP (IBAMA - Código 17-64)**

Requisito de controle federal obrigatório para atividades potencialmente poluidoras. O enquadramento no Código 17-64 (Serviços de Saúde) vincula a empresa ao monitoramento do IBAMA, garantindo a conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

- **Cadastro Técnico Federal de Defesa Ambiental (CTF/AIDA)**

Necessário para identificar consultores e empresas que prestam serviços técnicos na área ambiental. Garante que a empresa possui corpo técnico habilitado perante o órgão regulador federal para emitir laudos e pareceres sobre o manejo dos resíduos.

- **CRC e CLF da Polícia Federal**

Determinados insumos utilizados no tratamento de resíduos (especialmente químicos e do Grupo B) podem conter substâncias controladas. O registro na Polícia Federal é indispensável para o controle administrativo de produtos químicos que possam ser desviados para fins ilícitos, conforme legislação específica de controle de precursores.

- **Responsável Técnico inscrito no CTF/AIDA**

A complexidade do objeto exige a supervisão por profissional habilitado (Engenheiro Ambiental, Sanitarista ou afim). A inscrição do RT no sistema do IBAMA garante a responsabilidade civil e técnica direta sobre as operações, atendendo às Instruções Normativas nº 10/2013 e nº 12/2018 do IBAMA.

- **Cadastro no Sistema MTR do IMA**

O Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) é a ferramenta de rastreabilidade obrigatória em Santa Catarina. O cadastro no sistema do Instituto do Meio Ambiente (IMA) é indispensável para a emissão das guias que comprovam a destinação final ambientalmente adequada, permitindo a fiscalização em tempo real pelo órgão estadual.

As exigências acima são pertinentes por estarem diretamente relacionadas às fases de coleta, transporte e destinação; são proporcionais ao risco biológico e químico intrínseco aos resíduos de saúde; e são indispensáveis, visto que a ausência de qualquer um destes documentos sujeitaria a Administração Pública à corresponsabilidade por crimes ambientais ou infrações sanitárias graves.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A estimativa de quantidade se baseou no valor gasto no último contrato e no contrato vigente.

Mês / Ano	Peso Coletado (kg)
Junho /2024	476,92 kg
Julho / 2024	2.067,70 kg
Agosto/ 2024	1.131,55 kg
Setembro/2024	1.186,90 kg
Outubro/ 2024	1.657,94 kg
Novembro/2024	2.175,57 kg
Dezembro/2024	871,16 kg
Janeiro/2025	1.638,13 kg
Fevereiro/2025	1.345,13 kg
Março/2025	1.212,21 kg
Abril /2025	2.220,46 kg
Maió/2025	1.369,35 kg
Agosto	1.403,12 kg
Setembro	1.377,07 kg
Outubro	1.258,20 kg

Novembro	1.171,16 kg
Dezembro	1.407,85 kg

Tabela 01 – Quantidades baseadas no último contrato.

A estimativa quantitativa foi dimensionada com base na média histórica de geração de resíduos dos exercícios de 2024 e 2025. A metodologia adotada considerou a média mensal consolidada de 1.410 kg, resultando em uma demanda anual projetada de 16.920 kg.

Ressalta-se que os meses de junho e julho foram desconsiderados da amostragem estatística por constituírem períodos atípicos. Tal exclusão justifica-se pela transição operacional entre prestadoras de serviço e pelo alinhamento de competências administrativas e orçamentárias entre a Secretaria Municipal de Saúde e a SEMASA. A supressão desses meses visa garantir que a média reflita a real demanda operacional da Secretaria, evitando distorções causadas por hiatos de pesagem durante o período de regularização contratual.

Sobre a referida média, foi aplicada uma margem de segurança de 15% (quinze por cento), elevando a estimativa anual para 19.458 kg.

Justificativa Legal da Margem de Segurança

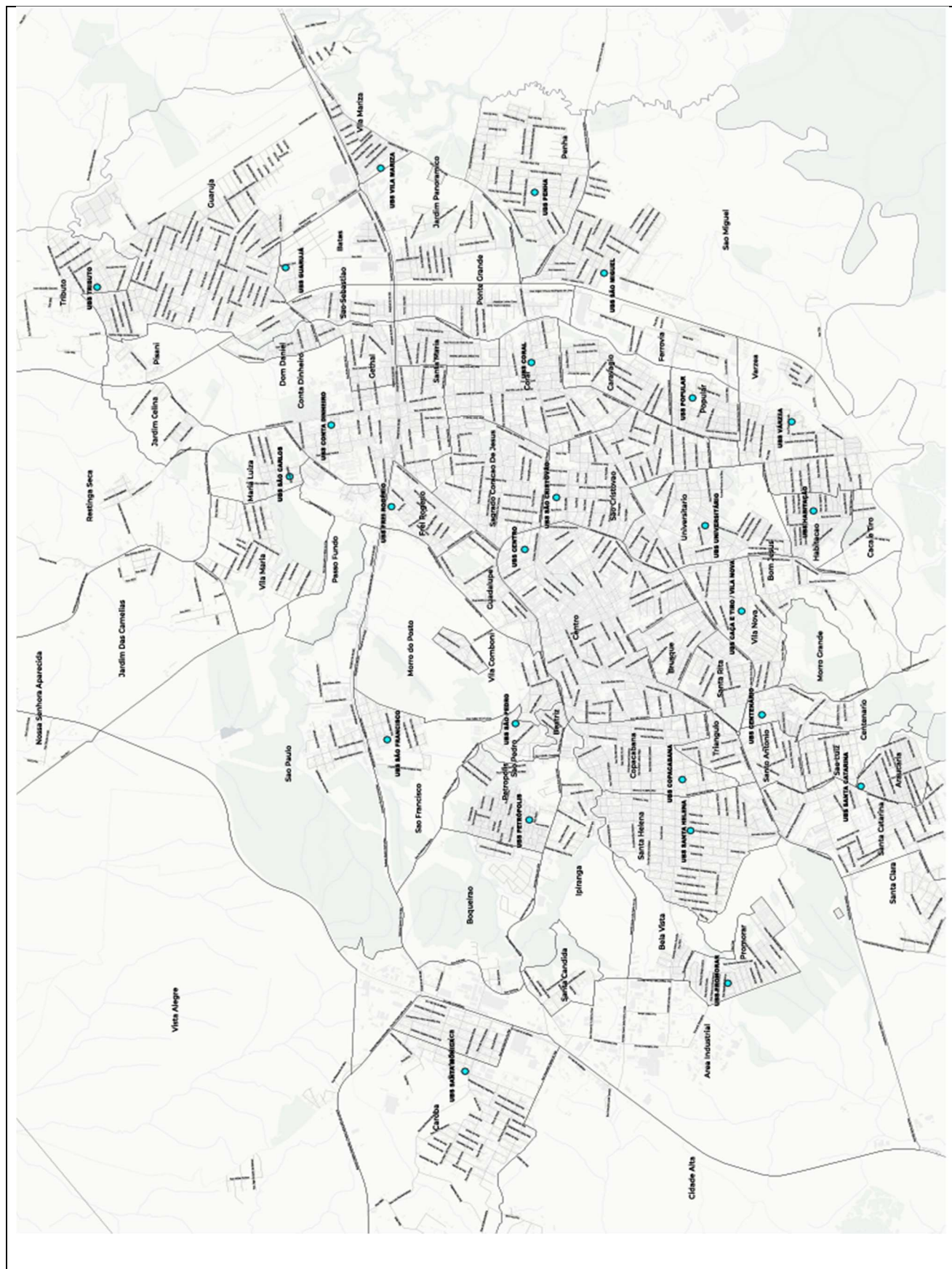
A adoção desta margem de segurança fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, sob os seguintes aspectos:

- 1. Princípio da Eficácia e Continuidade (Art. 5º):** Tratando-se de resíduos de serviços de saúde, a precisão matemática absoluta é mitigada pelo risco biológico. A margem de 15% assegura que oscilações sazonais, surtos epidemiológicos ou campanhas de vacinação não levem ao esgotamento precoce do contrato, o que paralisaria a coleta de materiais infectantes, gerando risco iminente à saúde pública.
- 2. Gestão de Riscos (Art. 18, § 1º, X):** A nova lei exige o levantamento de riscos no planejamento. A variação na geração de resíduos é um risco inerente à atividade de saúde. A margem de segurança atua como uma resposta preventiva a essa incerteza, evitando aditivos emergenciais onerosos.
- 3. Dever de Sustentabilidade Ambiental (Art. 5º e 18, § 1º, XII):** A coleta de RSS é uma obrigação ambiental rigorosa. O dimensionamento com margem garante que todo o resíduo gerado tenha destino final adequado, cumprindo o princípio da precaução ambiental e evitando o acúmulo indevido de materiais perigosos nas unidades de saúde.

Período	Quantidade mensal (kg)	Quantidade total (kg)
12 meses	1621,5	19.458

Tabela 02 – Quantidade total prevista

Para uma melhor compreensão dos trajetos, disponibilizamos o mapa georreferenciado das Unidades Básicas de Saúde (UBS):



Anexo I – Mapa georreferenciado das Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Locais para realização das coletas:

	LOCAL	ENDEREÇO	Nº	BAIRRO	CEP
1	UBS Copacabana	R. Presidente Kenedy	632	Copacabana	88504-250
2	UBS Santa Helena	Av. Caldas Junior	495	Santa Helena	88504-430
3	UBS Promorar	R. Engenheiro Paulo Ribeiro	104 5	Promorar	88514-120
4	UBS Santa Catarina	R. Max Rogerio de Azevedo	600	Santa Catarina	88512-415
5	UBS Centenário	R. Visco de Cairu	s/n	Centenário	88512-090
6	UBS Vila Nova	R. Anisio Mortari	90	Vila Nova	88503-301
7	UBS Caça e Tiro	R. Cirilo Vieira Ramos	782	Bom Jesus	88503-385
8	UBS Universitário	R. Mal. Gama D'Eça	47	Universitário	88511-150
9	UBS Habitação	R. Do Guaviju	s/n	Habitação	88511-440
10	UBS Coral	R. Campos Salles	s/n	Coral	88523-100
11	UBS Frei Rogério	Av. Segundo Batalhão Rodoviário	363	Frei Rogerio	88508-420
12	UBS Guarujá	R. Vera Cruz	15	Guarujá	88521-300
13	UBS Penha	Av. Nossa Senhora da Penha	398	Penha	88525-570
14	UBS Petrópolis	R. Joinville	200	Petrópolis	88505-210
15	UBS Popular	R. Sebastião Ataíde	s/n	Popular	88526-093
16	UBS Conta Dinheiro	R. Quatro Mil Duzentos e Vinte e Sete	s/n	Conta Dinheiro	88520-000
17	UBS Santa Mônica	R. E.C. Palmeiras	337	Santa Mônica	88516-415
18	UBS São Carlos	R. Hercílio Batista Oliveira	129	São Carlos	88519-070
19	UBS São Cristóvão	R. Maranhão	s/n	São Cristóvão	88509-190
20	UBS São Francisco	R. Heckel de Tavares	88	São Francisco	88506-460
21	UBS São Miguel	R. Bernardo Gonçalves Kuster	167- 245	São Miguel	88525-060
22	UBS São Pedro	R. João Maria Faustino dos Santos	81	São Pedro	88505-117
23	UBS Tributo	R. Abramo Baú	520	Tributo	88521-600
24	UBS Várzea	R. Farias de Brito	410	Várzea	88526-220

25	UBS Vila Mariza	R. Jaci Elias Andrade	165	Vila Mariza	88524-630
26	Farmácia Solidária	R. Pereira Oliveira	80	Brusque	88501-320
27	SAD	Rua Felipe Schmidt,	19	Centro	88501-135
28	UBS Centro	R. James Robert Amos	s/n	Centro	88502-320
29	Vigilância Sanitária	R. Professor Teobaldo Delwing	92	Centro	88502-040
30	Vigilância Epidemiológica (Laboratório)	Praça Leoberto Leal	20	Centro	88503-001
31	PICS	R. Cruz e Sousa	542	Brusque	88503-001
32	Almoxarifado	R. Cruz e Souza	s/n	Brusque	88503-001
33	CAPS AD	R. Correia Pinto	561	Centro	88502-203
34	CAPS I	R. Coronel Cordova	107 8	Centro	88502-001
35	Centro de Zoonoses	R. Anibal Afonso de Ataíde	s/n	Tributo	88521-550
36	Clínica Uniplac	Av. Castelo Branco	170	Universitário	88509-900
37	Cresça Melhor	R. Fausto de Souza	300	Centro	88502-211
38	Farmácia Básica Lages	R. Pereira Oliveira	80	Centro	88501-320
39	Pronto Socorro	R. Leoberto Leal	20	Centro	88501-310
40	Samu	R. Mato Grosso	71	São Cristóvão	88509-220
41	Saúde Da Mulher	R. James Roberto Amós	s/n	Centro	88502-320

Tabela 03 – Localização das Unidades de Saúde.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em observância ao disposto no art. 18, §1º, V, da Lei nº 14.133/2021, a equipe de planejamento da SEMASA procedeu ao levantamento das soluções de mercado aptas a sanar a necessidade de manejo de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), ponderando viabilidade técnica, econômica e operacional.

- **Alternativa 1:** Contratação integrada por meio de Pregão Eletrônico.

Descrição: Consiste na contratação de uma única empresa especializada para a execução integral de todas as etapas do manejo externo: coleta, transporte, tratamento (por autoclavação ou incineração) e disposição final em aterro sanitário licenciado. Será admitida a subcontratação parcial especificamente para a etapa de destinação final. Tal permissão justifica-se pela realidade do mercado, onde empresas especializadas em logística e tratamento de RSS nem sempre possuem a propriedade de aterros sanitários licenciados (disposição final), recorrendo a parceiros estratégicos para o encerramento da cadeia.

Vantagens: Unificação da responsabilidade administrativa e operacional; otimização da gestão

de contratos e redução da complexidade na fiscalização das licenças ambientais, uma vez que a empresa contratada deve garantir a regularidade de toda a cadeia.

Desvantagens: Maior dependência de um único fornecedor, elevando o risco de descontinuidade em caso de sanções ou falência da contratada; custos logísticos que podem ser elevados caso a unidade de tratamento da empresa vencedora seja distante da sede da SEMASA.

- **Alternativa 2:** Execução via Consórcios Intermunicipais

Descrição: Utilização de estruturas de cooperação intermunicipal já estabelecidas na região serrana de Santa Catarina para a execução compartilhada do serviço.

Vantagens: Ganho de escala e incremento no poder de negociação frente ao mercado regional; potencial redução dos custos unitários devido ao volume agrupado de diversos municípios.

Desvantagens: Menor autonomia da SEMASA na definição de horários e frequências de coleta; complexidade na governança do consórcio e possíveis dificuldades na fiscalização direta da execução do serviço em conformidade com as especificidades locais de Lages.

- **Alternativa 3:** Parcelamento do Objeto (Segregação Logística vs. Tratamento/Destinação)

Descrição: Divisão da contratação em dois lotes distintos: um focado exclusivamente na logística (coleta e transporte especializado) e outro focado no tratamento e destinação final (recebimento e processamento).

Vantagens: Estímulo à participação de empresas locais para o lote de transporte, reduzindo custos de deslocamento; maior transparência na composição de custos de tratamento (valor por kg tratado vs. valor por km rodado).

Desvantagens: Elevada complexidade de gestão e fiscalização, exigindo sincronia perfeita entre os dois prestadores. Risco de "conflito de responsabilidade" em caso de acidentes ou atrasos na entrega dos resíduos na planta de tratamento.

Justificativa quanto à inviabilidade da Contratação Emergencial: Ressalte-se que a via da Dispensa de Licitação por emergência (art. 75, VIII) foi devidamente descartada. Tal decisão pauta-se no fato de que a autarquia já opera sob regime emergencial, e a reiteração desse instituto — salvo em situações supervenientes e imprevisíveis — configuraria falta de planejamento e desídia administrativa, em desacordo com a jurisprudência consolidada dos Tribunais de Contas.

Justificativa da Escolha da Solução: Após a análise comparativa, a equipe de planejamento técnico optou pela **Alternativa 1** (Contratação integrada por meio de Pregão Eletrônico), pelos seguintes fundamentos:

a) **Segurança Ambiental e Sanitária:** O manejo de RSS envolve riscos biológicos e químicos elevados. A unificação da responsabilidade em uma única empresa evita "vácuos de responsabilidade" entre a coleta e a destinação final, garantindo a rastreabilidade integral do resíduo (do gerador ao descarte final) sob um único CNPJ.

b) **Eficiência Administrativa:** Diante da estrutura de fiscalização da SEMASA, a gestão de um contrato único mostra-se mais exequível e eficiente do que a coordenação de múltiplos prestadores ou a dependência de fluxos externos de consórcios, garantindo agilidade nas ordens de serviço.

c) **Realidade de Mercado:** A permissão para subcontratação da disposição final (aterro) alinha o edital à prática comum do setor, ampliando a competitividade no certame sem abdicar da responsabilidade solidária da contratada principal.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Em observância ao disposto na Lei nº 14.133/2021, que exige a compatibilidade dos valores da contratação com os preços praticados no mercado, a estimativa de custos foi elaborada mediante ampla pesquisa de preços. Foram priorizados dados de bancos públicos, com a coleta de informações sobre contratações de objetos idênticos via Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e o sistema Fonte de Preços.

A metodologia adotada fundamentou-se em duas frentes complementares: a consulta aos sistemas oficiais de balizamento e a análise do Contrato nº 24/2025, atualmente em vigor entre a SEMASA e a empresa Ambiental Limpeza Urbana e Saneamento LTDA (valor de R\$ 9,90/kg).

O levantamento detalhado, que buscou assegurar a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública, consolidou os seguintes indicadores:

- Orçamento 1 – Sistemas Oficiais – Fonte de Preços: R\$ 9,59
- Orçamento 2 – Sistemas Oficiais – Fonte de Preços: R\$ 9,70
- Orçamento 3 – Sistemas Oficiais – Fonte de Preços: R\$ 9,67
- Orçamento 4 – Sistemas Oficiais – Fonte de Preços: R\$ 11,94
- Orçamento 5 – Sistemas Oficiais – Fonte de Preços: R\$ 9,10
- Orçamento 6 – Sistemas Oficiais – Fonte de Preços: R\$ 11,85
- Orçamento 7 – contrato com a SEMASA vigente: R\$ 9,90

- 1) Município de Jacunda/PA. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos perigosos, objetivando atender a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde de Jacunda-PA. **R\$: 9,59**

Objeto

[Portal de Compras Públicas] - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS PERIGOSOS, OBJETIVANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACUNDA-PA.

Descrição

[Portal de Compras Públicas] - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS PERIGOSOS, OBJETIVANDO ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACUNDA-PA / COLETA, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS HOSPITALAR. Serviço de operação e manutenção das atividades de coleta, transporte, armazenamento, tratamento, incineração e destinação final de resíduos das Unidades de Saúde Pública no município.

Dados

Data de homologação:	11/12/2025 - 00:00:00	Modalidade:	Pregão Eletrônico	SRP:	NÃO
Fonte:	PNCP	Código do item:	-	Lote/Item:	1
Identificação:	00000000005854633000180100002520251				
Quantidade:	21000.00	Unidade:	Quilo	UF:	PA
Ajuste de frete:	Não se aplica	Valor do frete:	R\$ 0,00		
Fabricante:	PNCP Não disponibiliza essa informação.				
Marca:	-	Modelo:	-		

Fornecedor

Razão Social:	R E R EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA		
CNPJ:	01.195.098/0001-42	Porte:	ME
UF:	PA		

- 2) Município de Contenda/PR. **Objeto:** A contratação tem por objetivo a coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde (RSS) gerados no Município de Contenda / Coleta, Transporte e destinação final de Resíduos oriundos de Serviços de Saúde. **R\$: 9,70**

Preço (PNCP) [2]		R\$ 9,70
Órgão MUNICIPIO DE CONTENDA		
Objeto A contratação tem por objetivo a coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde (RSS) gerados no Município de Contenda		
Descrição A contratação tem por objetivo a coleta, transporte e destinação final de resíduos de serviços de saúde (RSS) gerados no Município de Contenda / Coleta, Transporte e destinação final de Resíduos oriundos de Serviços de Saúde		
Dados		
Data de homologação:	02/12/2025 - 00:00:00	Modalidade: Pregão Eletrônico
Fonte:	PNCP	SRP: NÃO
Código do item:	-	Lote/Item: 1
Identificação:	00000000076105519000104100020020251	
Quantidade:	6500.00	Unidade: KILOS
Ajuste de frete:	Não se aplica	UF: PR
Valor do frete:	R\$ 0,00	
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.		
Marca:	-	Modelo: -
Fornecedor		
Razão Social:	BIO RESIDUOS TRANSPORTES LTDA	
CNPJ:	08.680.158/0001-61	Porte: DEMAIS
UF:	PR	

- 3) Município de Paranaí/PR. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) dos Grupos A, B e E, classificados nos termos do CONAMA 358/2005, SEMA 02/2009 e demais legislações aplicáveis , visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos. **R\$: 9,67**

Preço (PNCP) [3]		R\$ 9,67
Órgão MUNICIPIO DE PARANAÍ		
UASG 987749		
Objeto Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) dos Grupos A, B e E, classificados nos termos do CONAMA 358/2005, SEMA 02/2009 e demais legislações aplicáveis , visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.		
Descrição Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) dos Grupos A, B e E, classificados nos termos do CONAMA 358/2005, SEMA 02/2009 e demais leis / Coleta / Tratamento Lixo - Hospitalar		
Dados		
Data de homologação:	01/12/2025 - 00:00:00	Modalidade: Pregão Eletrônico
Fonte:	PNCP	SRP: NÃO
Código do item:	-	Lote/Item: 1
Identificação:	00000000076977768000181100023520251	
Quantidade:	280000.00	Unidade: KILOGRAMA
Ajuste de frete:	Não se aplica	UF: PR
Valor do frete:	R\$ 0,00	
Fabricante: PNCP Não disponibiliza essa informação.		
Marca:	-	Modelo: -
Fornecedor		
Razão Social:	SERVIOESTE SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	
CNPJ:	03.392.348/0006-74	Porte: DEMAIS
UF:	PR	

- 4) Município de Paranaí/PR. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) dos Grupos A, B e E, classificados nos termos do CONAMA 358/2005, SEMA 02/2009 e demais legislações aplicáveis, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos. **R\$: 11,94**

Preço (PNCP) [4]		R\$ 11,94	
Órgão MUNICIPIO DE PARANAÍ			
UASG 987749			
Objeto Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) dos Grupos A, B e E, classificados nos termos do CONAMA 358/2005, SEMA 02/2009 e demais legislações aplicáveis, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.			
Descrição Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) dos Grupos A, B e E, classificados nos termos do CONAMA 358/2005, SEMA 02/2009 e demais leis / Coleta / Tratamento Lixo - Hospitalar			
Dados			
Data de homologação:	01/12/2025 - 00:00:00	Modalidade:	Pregão Eletrônico
Fonte:	PNCP	Código do item:	-
Identificação:	00000000076977768000181100023520252	Lote/Item:	2
Quantidade:	5000.00	Unidade:	KILOGRAMA
Ajuste de frete:	Não se aplica	Valor do frete:	R\$ 0,00
Fabricante:	PNCP Não disponibiliza essa informação.		
Marca:	-	Modelo:	-
Fornecedor			
Razão Social:	SERVIOESTE SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA		
CNPJ:	03.392.348/0006-74	Porte:	DEMAIS
UF:	PR		

- 5) Município de Itapetininga/SP. **Objeto:** Abertura de processo licitatório para contratação de empresa especializada em serviços de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos de serviços de saúde do grupo A, B e E – Contrato – Secretaria Municipal de Saúde. **R\$: 9,10**

Preço (Compras BR) [5]		R\$ 9,10	
Órgão Prefeitura Municipal de Itapetininga			
Objeto ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO GRUPO A,B E E - CONTRATO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE			
Descrição ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO GRUPO A,B E E - CONTRATO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / SERVIÇO ESPECIALIZADO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO, E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE			
Dados			
Data de homologação:	24/11/2025 - 10:08:04	Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO
Fonte:	Compras BR	Código do item:	-
Identificação:	000000004052199387942025991991	Lote/Item:	1
Quantidade:	16500.00	Unidade:	KG
Ajuste de frete:	Não se aplica	Valor do frete:	R\$ 0,00
Fabricante:	Compras BR Não disponibiliza essa informação.		
Marca:	Própria	Modelo:	Própria
Fornecedor			
Razão Social:	PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA		
CNPJ:	50.668.722/0022-11	Porte:	DEMAIS
UF:	SP		

Com base na cesta de preços acima discriminada, apurou-se o valor médio de mercado de R\$ 10,25 por quilograma. Este valor reflete a média aritmética dos orçamentos coletados, servindo como parâmetro justo e atualizado para o presente certame.

O valor estimado da contratação é de **R\$ 199.444,50** (cento e noventa e nove mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos) e está evidenciado na pesquisa de preços.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO
1	Contratação de empresa especializada para prestação de trabalho de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos provenientes dos serviços de saúde – RSS, que são de responsabilidade municipal, visando garantir a continuidade da prestação de serviços para o município de Lages.	kg	19.458	R\$ 10,25
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 199.444,50

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), de responsabilidade municipal, em conformidade com a legislação sanitária, ambiental e trabalhista vigente.

A contratação tem como objetivo assegurar a gestão adequada dos resíduos gerados pelas unidades de saúde municipais, minimizando riscos à saúde pública, aos trabalhadores envolvidos, à população em geral e ao meio ambiente, bem como garantindo a continuidade de serviço essencial.

A empresa contratada deverá realizar a coleta em todos os pontos geradores descritos neste Termo de Referência, com frequência mínima semanal, observando rigorosamente os dias, horários e condições estabelecidas no cronograma aprovado pela fiscalização do contrato. Eventuais ajustes na dinâmica de coleta poderão ser realizados mediante solicitação da unidade de saúde interessada, com ciência e autorização prévia da SEMASA.

A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a assinatura do contrato, proposta detalhada de roteirização das coletas, contemplando a frequência, os estabelecimentos atendidos e os itinerários definidos, de forma clara, objetiva e de fácil compreensão, para análise e aprovação da fiscalização.

Os dias e horários de coleta aprovados deverão ser rigorosamente cumpridos, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação aplicável. Nos casos de feriados ou situações excepcionais, caberá à contratada antecipar ou reprogramar a execução dos serviços, garantindo a continuidade da prestação e a segurança sanitária, sem prejuízo à Administração.

Para a execução adequada dos serviços, a contratada deverá dispor de recursos humanos qualificados, veículos devidamente licenciados, equipamentos e materiais necessários, assumindo integral responsabilidade pelo fornecimento, manutenção e regular funcionamento destes, assegurando o pleno atendimento às exigências técnicas, operacionais e legais. Os detalhes sobre os recursos humanos, veículos entre outros estão descritos no Termo de Referência.

A contratada deverá elaborar e executar um Plano de Transição Operacional (PTO) em conjunto com a atual prestadora, estabelecendo um cronograma que garanta a estrita continuidade das frequências de coleta. O planejamento deve assegurar a manutenção da cadeia de custódia dos resíduos, mitigando riscos de passivo ambiental ou sanitário durante a sucessão contratual.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Conforme disposto no art. 40, inciso V, alínea b e art. 47, §1º, da Lei nº 14.133 de 2021, a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, desde que seja tecnicamente viável, economicamente vantajoso e não represente perda de economia de escala visando buscar a ampliação da competição e evitar a concentração de mercado.

No entanto, o princípio do parcelamento não deverá ser aplicado à presente contratação em virtude das particularidades e especificidades na execução serviços, onde há necessidade de que um único fornecedor seja responsável pela prestação do serviço, obtendo-se assim a proposta com maior celeridade e a mais vantajosa para Administração Pública.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a opção pela não fragmentação do objeto da presente contratação — que compreende as etapas integradas de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) — pautando-se nos princípios da eficiência, viabilidade técnica e economia de escala, conforme os fundamentos a seguir:

- **Interdependência Técnica e Unidade de Responsabilidade:** As atividades de manejo de RSS constituem uma cadeia logística reversa indissociável. A fragmentação do processo entre diferentes prestadores geraria uma zona de "vazio de responsabilidade" entre a coleta e a destinação final, comprometendo severamente a rastreabilidade exigida pela RDC ANVISA nº 222/2018 e pela Portaria MMA nº 280/2020 (MTR). A unidade da prestação assegura que o risco sanitário e ambiental seja gerido de ponta a ponta por uma única contratada, facilitando a fiscalização e o controle de conformidade.
- **Economia de Escala e Eficiência Logística:** A contratação global é a estratégia que melhor atende ao princípio da economicidade. O parcelamento demandaria estruturas administrativas e operacionais distintas para volumes reduzidos, o que elevaria o custo unitário por quilograma (custo/kg). Além disso, a gestão unificada otimiza rotas e reduz a emissão de documentos ambientais dispersos, evitando a antieconomicidade decorrente da duplicação de custos fixos logísticos e operacionais.
- **Segurança Sanitária e Continuidade Operacional:** Tratando-se de serviço público essencial e de alto risco epidemiológico, a execução por um único prestador mitiga riscos de solução de continuidade. A divisão do objeto entre empresas distintas poderia gerar conflitos operacionais e atrasos na transição entre as etapas de transporte e tratamento, elevando a probabilidade de incidentes sanitários nos pontos de acumulação temporária.
- **Prática de Mercado:** Ressalta-se que a análise de processos licitatórios análogos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) demonstra que o mercado especializado opera majoritariamente de forma integrada. Não foram identificadas vantagens competitivas ou técnicas na fragmentação deste serviço para o porte da demanda municipal de Lages, prevalecendo o interesse público na manutenção da integridade do objeto.

Secretaria Municipal de Águas e Saneamento

Da Subcontratação Parcial: Não obstante a integridade do objeto, será admitida a subcontratação parcial especificamente para a etapa de destinação final. Tal permissão justifica-se pela realidade do mercado, onde empresas especializadas em logística e tratamento de RSS nem sempre possuem a propriedade de aterros sanitários licenciados (disposição final), recorrendo a parceiros estratégicos para o encerramento da cadeia.

Ressalta-se que a subcontratação limita-se estritamente à disposição final, permanecendo vedada qualquer subcontratação, total ou parcial, dos serviços de coleta, transporte e tratamento, os quais exigem controle direto e imediato da contratada para assegurar a integridade da prestação dos serviços.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS

A presente contratação visa assegurar a seleção da proposta que concilie a maior vantagem econômica com o rigor técnico indispensável ao manejo de resíduos perigosos. Almeja-se garantir o tratamento isonômico e a ampla competitividade, pautando-se pela seleção de preços exequíveis e compatíveis com o mercado, de modo a prevenir o sobrepreço e resguardar a eficiência na aplicação dos recursos públicos, conforme preceitua o Art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Do ponto de vista operacional, o resultado esperado é a regularização do vínculo contratual, mediante a substituição do Contrato Emergencial nº 24/2025 por um ajuste ordinário, dotado de mecanismos de controle mais robustos. Espera-se que a futura contratada execute as etapas de coleta, transporte e destinação final com estrita pontualidade e conformidade técnica.

Eficiência na Fiscalização e Rastreabilidade: Diferentemente do cenário atual, busca-se com este novo certame a implementação total da rastreabilidade dos resíduos. Espera-se a plena integração de sistemas de georreferenciamento (GPS) e a emissão regular do Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR), garantindo transparência absoluta quanto ao fluxo do resíduo, desde o ponto de geração até o licenciamento de sua disposição final.

Impacto na Saúde Pública e Sustentabilidade: Como resultado final, a Administração pretende consolidar um modelo de gestão de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) que minimize riscos biológicos e ambientais. A execução qualificada deste serviço contribuirá diretamente para a biossegurança dos estabelecimentos municipais de saúde, para a proteção dos mananciais e solo de Lages e, consequentemente, para a preservação da saúde pública e o bem-estar da população.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

A princípio não há providências a serem tomadas para esta contratação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Registra-se a existência do Contrato Emergencial nº 24/2025, atualmente em vigor, cuja celebração fundamentou-se na imperatividade de garantir a continuidade ininterrupta do manejo de RSS (serviço público essencial).

O referido ajuste temporário fez-se necessário enquanto tramitava o processo de definição da competência administrativa e orçamentária sobre o objeto, que após análise técnica e jurídica, restou atribuída à SEMASA – Lages, em cooperação com a Secretaria Municipal da Saúde.

O presente processo licitatório ordinário constitui a evolução do planejamento administrativo, visando substituir o liame emergencial por uma contratação definitiva, com critérios de fiscalização aprimorados e maior segurança jurídica para as partes.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação do objeto de prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), sob responsabilidade municipal, subdivide-se nas seguintes etapas e respectivos impactos:

a) Etapa de recolhimento: Risco de acondicionamento incorretos dos resíduos.

- **Medida mitigadora:** Implementação de treinamentos técnicos específicos para a equipe operacional responsável pelo manuseio e recolhimento, garantindo a conformidade com as normas de biossegurança.

b) Etapa de transporte: Emissão de gases poluentes e partículas por veículos, contribuindo para a poluição atmosférica. Adicionalmente, há o risco de acidentes rodoviários que podem resultar no derramamento de resíduos na via pública.

- **Medida mitigadora:** Utilização de embalagens e containers resistentes, devidamente lacrados e adequados à natureza do resíduo para minimizar riscos de vazamento. Além disso, estabelecer procedimentos logísticos que incluam rotas seguras, treinamentos para condução defensiva e a obrigatoriedade de dispositivos de contenção (como bandejas ou barreiras físicas) para evitar a dispersão de materiais em caso de incidentes.

c) Etapa de destinação: Destinação final incorreta ou em desacordo com a legislação ambiental.

- **Medida mitigadora:** Inclusão de cláusulas contratuais que exijam treinamentos periódicos para a equipe, garantindo a atualização quanto às regulamentações vigentes. Complementarmente, deve-se instituir um plano de ação para monitoramento da destinação, assegurando a conformidade contínua e a minimização de passivos ambientais.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Diante da ausência de corpo técnico especializado e de infraestrutura operacional própria para o manejo de resíduos perigosos, a contratação de empresa especializada apresenta-se como a solução técnica e juridicamente adequada. Tal medida garante o estrito cumprimento da legislação sanitária e ambiental vigente, exigindo-se da futura contratada a comprovação de aptidão técnica e a regularidade documental necessária para a execução segura do objeto.

Com base no estudo técnico preliminar e no levantamento de mercado realizado, que ratificou a existência de ampla competitividade no setor, recomenda-se a adoção da modalidade **Pregão, na forma Eletrônica**, adotando-se o critério de julgamento por menor preço.

A escolha do Pregão Eletrônico fundamenta-se nos princípios da celeridade, transparência e eficiência. Esta modalidade permite a ampliação da disputa em âmbito nacional, assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, ao mesmo tempo em que otimiza o rito processual e garante o controle social sobre os gastos públicos.

14. RESPONSÁVEIS

Este documento foi elaborado por:

Gustavo Alexsandro de Oliveira Melo
Assessor de Gestão de Saneamento
Matrícula: 218439/1

Lages (SC), 06 de fevereiro de 2026.